

POLÍTICA

SENADO

Parlamentares do PSDB e do DEM reagem contra medida provisória que permite ao governo repassar recursos do PAC às vésperas das eleições

MP faz oposição obstruir votações

FERNANDA ODILLA

DA EQUIPE DO CORREIO

Senadores de oposição anunciaram ontem — depois de uma reunião do presidente interino da Casa, Tião Viana (PT-AC), com líderes de partidos — que vão obstruir as votações no plenário e na Comissão Mista de Orçamento até que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vete itens de uma medida provisória aprovada na terça-feira pela Câmara dos Deputados. Ao rejeitar itens inseridos na MP pelo Senado, a Câmara autorizou o repasse de verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a estados e prefeituras no período eleitoral.

O PSDB e o DEM decidiram nada votar ontem no Senado. A obstrução deverá continuar na próxima terça-feira e pode prejudicar o trâmite de matérias consideradas prioritárias, como a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o projeto do Orçamento da União para 2008. A sessão que definirá a cassação do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), contudo, não deve ser adiada. Ela está marcada para a próxima quinta-feira. “Se o presidente Lula não vetar essa matéria, não terá orçamento no próximo ano. Na votação da CPME, o governo vai ver o que é remédio bom para tosse. No plenário, agora, o governo vai ter dente por dente, olho por olho”, disparou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

A obstrução poderá garantir tempo para o amadurecimento de algumas negociações. Além de buscar votos para prorrogar a CPME, o governo ainda tenta um acordo para aprovar a regulamentação da emenda 29. O projeto assegura recursos para a saúde, vinculando os repasses a uma fatia adicional da CPME. Além de solucionar esses impasses, tenta-se costurar um acordo em torno da proposta de mudanças na contribuição sindical, prevista para ir a plenário até o dia 10 de dezembro. “Todo mundo precisava de tempo para fazer uns ajustes”, avalia o senador Paulo Paim (PT-RS), um dos relatores da contribuição sindical. Ele participou da reunião para explicar detalhes do projeto que altera o modelo de imposto sindical.

Na marra

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) acredita que a oposição está disposta a se agarrar na MP para dificultar as votações no plenário. “Se não vetarem a medida provisória que transfere recursos do PAC em ano de eleição, vamos ter que votar na marra, sem acordo”, avaliou Casagrande, temendo um atraso generalizado nos trabalhos da Casa. Ontem, no entanto, até o presidente interino do Senado não condenou a decisão de adiar a votação de quatro medidas provisórias que trancam a pauta no plenário. “A oposição tem suas razões. O líder do governo (Romeiro Jucá) assegurou que tentaria o veto desse item”, disse Tião Viana.

Quem alertou o Senado que a MP ignoraria restrições existentes na Lei de Responsabilidade Fiscal foi o deputado tucano Otávio Leite (RJ). Depois que a Câmara aprovou a medida por 261 votos a 86, ele correu até o presidente do PSDB, Tasso Jereissati. “É um absurdo”, disse Leite. “O projeto é claramente pensado nas eleições.” Pelo texto, repasses para obras do PAC definidas pelo governo deixam de ser voluntários e tornam-se obrigatórios. A legislação eleitoral impede os repasses voluntários nos meses que antecedem eleições, mas os obrigatórios são liberados.

Cadu Gomes/CB



TIÃO VIANA (E) SOUBE DA OBSTRUÇÃO EM REUNIÃO COM LÍDERES